

Banco do Brasil

Investir não é para quem quer, mas para quem pode.

No seu discurso ao Ministério, da semana passada, o presidente Sarney anunciou que se os empresários privados continuarem "resistindo à idéia" de fazer investimentos de longo prazo capazes de garantir as taxas de crescimento que ele julga boas para a economia brasileira o Estado o fará, "para evitar a recessão".

Evidentemente, os empresários privados não fazem ou deixam de fazer investimentos — o que, aliás, é do seu maior interesse — porque resistam ou não a esta idéia, mas sim em função das condições objetivas de que disponham para que esses investimentos sejam remunerados, de modo a não levá-los à falência. Em outras palavras: investir não é para quem quer, mas para quem pode. De fato, a única entidade que pode fazer "investimentos", com aspas, sem se preocupar com o retorno ou com os juros que possam ser cobrados pelo dinheiro necessário a estes investimentos, é o Estado. Não que isto não tenha custos. Tem, e muito altos. É por "investimentos" como esses que temos pago, desde sempre. Mas o Estado não vai à falência. Sempre pode fazer mais um pacote, decretar mais um "empréstimo compulsório" ou criar novos impostos para buscar no bolso dos cidadãos o dinheiro com que pagar os seus maus investimentos...

Também não sabemos como essa "substituição" de que nos fala o presidente poderá resolver problemas como o da demanda de bens de consumo, que continua inferior à oferta e forçando a inflação para cima, já que o Estado não produz roupas, nem sapatos, nem comida, nem remédios, nem embalagens etc. etc.

Os verdadeiros motivos que levam os empresários a "resistirem à idéia" de fazer novos investimentos são

muito concretos, e, até o momento, intransponíveis. Não existe, por enquanto, qualquer informação sobre novas estratégias de médio e longo prazos para conter a inflação e melhorar o desempenho da balança comercial, por exemplo, dois fatores que, se não forem equacionados, se caracterizam como verdadeiros impedimentos para novos investimentos.

O governo, por outro lado, não esconde sua preocupação com a insuficiência do Cruzado II para conter a demanda interna. O brutal reajuste de 60% no preço dos combustíveis para automóveis não afetou ainda o consumo, que cresceu 15% em novembro, em relação ao mesmo mês do ano passado. Trata-se de um índice bastante elevado, mesmo levando-se em conta que os novos preços da gasolina e do álcool somente vigoraram durante os últimos dez dias do mês.

Segundo analistas de várias tendências, o Cruzado II, embora possa "resolver", por mais algum tempo, o problema do déficit público, que ficaria reduzido a 1 ou 2% do PIB em 1987, caso o governo mantenha uma linha de austeridade, não vai "esfriar" a economia com a rapidez desejada pelas autoridades. Os ajustes teriam sido suficientes se os salários não acompanhassem a inflação gerada pelo próprio pacote e pelo inevitável realinhamento dos preços. Mas a volta do INPC, que é um índice sem expurgos, apressará o disparo do "gatilho", o que quer dizer que a economia não se desaquecerá com a rapidez necessária.

Nessas condições, a alternativa seria um novo pacote fiscal para retirar recursos adicionais do setor privado. Mas isso limitaria ainda mais a sua capacidade de investimento. Além disso, considerando que as medidas já tomadas e outras que poderão vir têm todas o sentido de arrefecer a expansão da economia, não faz mesmo sentido pensar em retomada dos investimentos produtivos.

O retorno da inflação e a necessidade do Banco Central de executar uma política monetária positiva combinam-se perversamente, por sua vez, para manter a taxa de juros de curto prazo em níveis elevados, dificultando as decisões de investimento. No entanto, cabe lembrar que os investimentos de médio e longo prazos são influenciados pelas expectativas de comportamento dos juros num período maior. Acontece que, no Brasil, não existe taxa de juros a longo prazo para orientar a análise de projetos, como acontece nos países desenvolvidos, fato que obriga o empresário privado a trabalhar com hipóteses sobre a evolução do custo dos empréstimos.

Na prática, a maioria dos homens de empresa sabe que o fator preponderante na determinação da taxa de juros real é o déficit público, isto é, a maior ou menor necessidade de captação de recursos pelo governo, que freqüentemente é obrigado a elevar os juros para colocar títulos públicos. No início da atual administração havia o propósito de criar dois segmentos no mercado financeiro. O primeiro seria formado pelas aplicações de curto prazo, com as sobras de caixa das empresas; o segundo representaria a massa maior de recursos, para aplicações a prazos longos, com baixa tributação. Caberia a este último segmento financeiro os projetos de investimento.

Esse ambicioso projeto de reforma financeira não chegou a sair do papel, prevalecendo no mercado, mesmo no melhor período do Plano Cruzado, o que poderia ser chamado de síndrome do curto prazo. O básico, no entanto, não é a organização institucional do sistema financeiro, mas a declarada insuficiência da poupança interna para financiar o volume de investimentos públicos e privados. O Brasil precisaria aplicar anualmente em novos projetos cerca de 25% do Produto Interno Bruto, volume muito superior à capacidade de poupança nacional, que, na melhor das estimativas, não passaria dos 14%.

No passado recente, esse gap de poupança foi coberto pela entrada de recursos externos, sob a forma de empréstimos e investimentos diretos de risco. Hoje, pelas razões amplamente conhecidas, o País não pode expandir a sua dívida externa de longo prazo, tornando-se dependente das aplicações de risco justamente numa conjuntura em que se observa acentuada fuga de capitais estrangeiros (este ano a remessa de dividendos pelas empresas estrangeiras deverá superar um bilhão de dólares, enquanto os novos investimentos mal chegarão aos cem milhões de dólares).

Dante desses números, e considerando a difícil situação das contas externas brasileiras, o mais lógico seria conceder estímulos fiscais aos novos projetos de investimento de empresas nacionais ou estrangeiras, em vez de fazer ameaças de expandir o braço empresarial do Estado, como deu a entender o presidente Sarney em seu discurso da quarta-feira.

Também não se pode esperar uma substancial elevação dos investimentos estrangeiros no País enquanto prevalecerem as atuais incertezas em relação à política econômica e a permanente ameaça de novos pacotes, para não falarmos do discurso xenófobo de alguns ministros de Estado e dos burocratas da SEI.

Se esses obstáculos ideológicos pudessem ser afastados, haveria rápido aumento das inversões de empresas estrangeiras, como mostram as declarações do diretor-presidente da subsidiária brasileira da Siemens, Helmut Vervuert, que promete investir duas vezes mais (atualmente, a empresa tem aplicado cerca de 50 mi-

lhões de dólares por ano em suas instalações no Brasil), se tiver permissão para ingressar em setores como o de microeletrônica, automação industrial e telecomunicações. Igualmente séria é a afirmação do presidente da Câmara de Comércio Americana do Brasil, de São Paulo, de que "a reserva de mercado na área informática é tão negativa quanto a volta da inflação em níveis muito altos".

Mas, como mesmo nesta situação de carência aguda de capitais parece mais importante ao presidente não "brigar" com os ministros que o desafiam e preservar uma suposta "soberania nacional" que não garante as taxas de crescimento que ele quer, podemos esperar os tais "investimentos" do Estado, os pacotes com que se "arranjará" o dinheiro para fazê-los e depois, por muitos e muitos anos, outros pacotes que se farão necessários para "amortizar" esses "investimentos". Como sempre...